

SIMPÓSIO 145

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

DESAFIOS JURÍDICOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O SEU IMPACTO NOS DIREITOS HUMANOS (DESAFÍOS JURÍDICOS DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL Y SU IMPACTO EN LOS DERECHOS HUMANOS)

Eixo Temático:

7 - Direitos Humanos e Tecnologias;

Coordenadoras:

Nome da Coordenadora 1: Miriam Cueto Pérez

Vinculação Institucional: Universidade de Oviedo (Principado das Astúrias, Espanha)

Resumo Curricular: Professora Catedrática de Direito Administrativo, iniciou a sua carreira de investigação em 1994 com uma tese pioneira sobre a responsabilidade patrimonial na área da saúde. Tem desenvolvido uma sólida carreira académica, com mais de 90 publicações e 8 monografias. Possui cinco sexenios de investigação e um de transferência de conhecimento, e participou em numerosos projetos nacionais, regionais e europeus, muitos deles como investigadora principal. Ocupou cargos de gestão relevantes, como Diretora-Geral de Universidades e Investigação (2007–2015) e Secretária do Conselho Social. É avaliadora, diretora de revista, membro de órgãos científicos e académica correspondente desde 2012.

Nome da Coordenadora 2: Diana Paola González Mendoza

Vinculação Institucional: Universidade Complutense de Madrid (Madrid, Espanha)

Resumo Curricular: Licenciada em Direito com menção honrosa pela UNAM (México) e Doutora em Direito pela Universidade de Oviedo, possui formação especializada em Direito espanhol e advocacia, tendo realizado estágios em instituições como a Universidade Paris 2 e o IIJ da UNAM. Beneficiária de bolsas de estudo competitivas, desenvolveu investigação pré-doutoral e pós-doutoral nas áreas da proteção de dados, digitalização administrativa, transparência e serviços públicos. Autora de uma monografia publicada pela Aranzadi (2024) e de diversas publicações especializadas, participou em congressos internacionais e acumula uma vasta experiência docente em universidades públicas espanholas. Atualmente, é Professora Assistente Doutora na Universidade Complutense de Madrid.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha de debate 1: Transformação digital, proteção de dados e direitos humanos.

A transformação digital deve ser desenvolvida de forma compatível com a obrigação de proteger os dados pessoais, garantindo a salvaguarda dos direitos humanos de todas as pessoas



afetadas. Num cenário global, é imprescindível que os atores públicos, privados e internacionais promovam quadros regulamentares sólidos e coerentes que permitam concretizar estes princípios. Tal exige a aprovação de legislação específica, o planeamento de instrumentos adequados e a adoção de compromissos de soft law que orientem as práticas tecnológicas no sentido do respeito pela dignidade humana. A nível regional, destaca-se a Estratégia Europeia para os Dados, cujo objetivo é criar um mercado comum que facilite a partilha e a reutilização de dados sob condições de segurança rigorosas. As propostas regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, governação de dados, inteligência artificial e reutilização da informação têm impacto em setores como a saúde, os mercados económicos ou a contratação pública, procurando assegurar um ambiente seguro e respeitador dos direitos humanos.

Linha de debate 2: Riscos tecnológicos e necessidade de um quadro regulamentar robusto.

O avanço normativo deve ser acompanhado por uma reflexão crítica sobre os riscos inerentes às TIC e, em particular, à IA. Fenómenos como a exclusão digital, a opacidade algorítmica ou a discriminação automatizada evidenciam a necessidade de reforçar os quadros regulamentares para garantir que a inovação tecnológica não comprometa os direitos humanos. A regulamentação deve equilibrar inovação e proteção, evitando que a digitalização ponha em risco a igualdade, a transparência ou os dados pessoais.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

LEGAL CHALLENGES OF DIGITAL TRANSFORMATION AND THEIR IMPACT ON HUMAN RIGHTS (DESAFÍOS JURÍDICOS DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL Y SU IMPACTO EN LOS DERECHOS HUMANOS)

Thematic area:

7 – Human Rights and Technologies;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Miriam Cueto Pérez

Institution: University of Oviedo (Principality of Asturias, Spain).

Curricular Summary: Professor of Administrative Law, she began her research career in 1994 with a pioneering thesis on healthcare patrimonial liability. She has developed a solid academic career, with more than 90 publications and 8 monographs. She holds five recognised research periods and one for knowledge transfer, and has participated in numerous national, regional and European projects, many as Principal Investigator. She has held relevant management positions, such as Director-General for Universities and Research (2007–2015) and Secretary of the Social Council. She is a reviewer, journal director, member of scientific bodies, and has been a corresponding academic since 2012.

Name of Coordinator 2: Diana Paola González Mendoza

Institution: Complutense University of Madrid (Madrid, Spain).

Curricular Summary: She graduated with honours in Law from the UNAM (Mexico) and obtained her Doctorate in Law from the University of Oviedo. She has specialized training in Spanish law and legal practice and has undertaken study visits to institutions such as the University of Paris 2 and the IIJ at the UNAM. Having secured competitive grants, she has conducted pre-doctoral and post-doctoral research into data protection, administrative digitalization, transparency and public services. Author of a monograph published by Aranzadi (2024) and various peer reviewed publications, she has participated in international conferences and has extensive teaching experience at Spanish public universities. She is currently a Lecturer at the Complutense University of Madrid.

Line(s) of discussion (symposium description):

Discussion track 1: Digital transformation, data protection and human rights.

Digital transformation must be carried out in a manner consistent with the obligation to protect personal data, ensuring that the human rights of all those affected are safeguarded. In a



global context, it is essential that public, private and international actors promote robust and coherent regulatory frameworks that enable these principles to be put into practice. This requires the adoption of specific legislation, the development of appropriate instruments and the adoption of soft law commitments that guide technological practices towards respect for human dignity. At the regional level, the European Data Strategy stands out, aiming to create a common market that facilitates the exchange and reuse of data under strict security conditions. Regulatory proposals on personal data protection, data governance, artificial intelligence and the reuse of information have an impact on sectors such as healthcare, economic markets and public procurement, seeking to ensure a secure environment that respects human rights.

Discussion Track 2: Technological Risks and the Need for a Robust Regulatory Framework

Regulatory progress must be accompanied by a critical reflection on the risks inherent in ICTs and, in particular, in AI. Phenomena such as the digital divide, algorithmic opacity and automated discrimination highlight the need to reinforce regulatory frameworks to ensure that technological innovation does not compromise human rights. Regulation must strike an appropriate balance between innovation and protection, preventing digitalization from endangering equality, transparency or personal data.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

DESAFÍOS JURÍDICOS DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL Y SU IMPACTO EN
LOS DERECHOS HUMANOS

Eje temático:

7 – Derechos Humanos y Tecnologías;

Coordinadoras:

Nombre de la Coordinadora 1: Miriam Cueto Pérez

Vinculación Institucional: Universidad de Oviedo (Principado de Asturias, España).

Resumen curricular: Catedrática de Derecho Administrativo, inició su trayectoria investigadora en 1994 con una tesis pionera sobre responsabilidad patrimonial sanitaria. Ha desarrollado una sólida carrera académica, con más de 90 publicaciones y 8 monografías. Acredita cinco sexenios de investigación y uno de transferencia, y ha participado en numerosos proyectos nacionales, autonómicos y europeos, muchos como IP. Ha ocupado cargos de gestión relevantes, como Directora General de Universidades e Investigación (2007–2015) y Secretaria del Consejo Social. Es evaluadora, directora de revista, miembro de órganos científicos y académica correspondiente desde 2012.

Nombre de la Coordinadora 2: Diana Paola González Mendoza

Vinculación Institucional: Universidad Complutense de Madrid (Madrid, España).

Resumen curricular: Licenciada en Derecho con mención honorífica por la UNAM (México) y Doctora en Derecho por la Universidad de Oviedo, cuenta con formación especializada en Derecho español, abogacía y estancias en instituciones como la Universidad París 2 y el IIJ de la UNAM. Beneficiaria de ayudas competitivas, ha desarrollado investigación predoctoral y postdoctoral en protección de datos, digitalización administrativa, transparencia y servicios públicos. Autora de una monografía en Aranzadi (2024) y diversas publicaciones especializadas, ha participado en congresos internacionales y acumula amplia experiencia docente en universidades públicas españolas. Actualmente es Profesora Ayudante Doctora en la Universidad Complutense de Madrid.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Línea de debate 1: Transformación digital, protección de datos y derechos humanos.

La transformación digital debe desarrollarse de forma compatible con la obligación de proteger los datos personales, garantizando la salvaguarda de los derechos humanos de todas las personas afectadas. En un escenario global, es imprescindible que los actores públicos,



privados e internacionais impulsen marcos regulatorios sólidos y coherentes que permitan materializar estos principios. Ello exige aprobar normativa específica, planificar instrumentos adecuados y adoptar compromisos de softlaw que orienten las prácticas tecnológicas hacia el respeto de la dignidad humana. En el ámbito regional, destaca la Estrategia Europea de Datos, cuyo objetivo es crear un mercado común que facilite el intercambio y la reutilización de datos bajo estrictas condiciones de seguridad. Las propuestas regulatorias en protección de datos personales, gobernanza de datos, inteligencia artificial y reutilización de la información impactan en sectores como la sanidad, los mercados económicos o la contratación pública, buscando asegurar un entorno seguro y respetuoso con los derechos humanos.

Línea de debate 2: Riesgos tecnológicos y necesidad de un marco regulatorio robusto.

El avance normativo debe acompañarse de una reflexión crítica sobre los riesgos inherentes a las TIC y, en particular, a la IA. Fenómenos como la brecha digital, la opacidad algorítmica o la discriminación automatizada evidencian la necesidad de reforzar los marcos regulatorios para garantizar que la innovación tecnológica no comprometa los derechos humanos. La regulación debe equilibrar innovación y protección, evitando que la digitalización ponga en riesgo la igualdad, la transparencia o los datos personales.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)
Inglés (X)
Español (X)